

Acta N.º 8/2008	
Livro N.º	Folha N.º
35	8

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 8/2008 DE 16 DE ABRIL DE 2008

----- Aos dezasseis dias do mês de Abril do ano de dois mil e oito, nesta Vila-Sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a oitava reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a Presidência do Sr. Manuel Marques Custódio, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, o Vereador a Meio Tempo, Sr. Jorge Oliveira Pinto, Vice - Presidente da Câmara, e os Srs. Vereadores Avantino Loureiro Beleza, António César Silva Rodrigues Fonseca e José Morgado Ribeiro. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Assistente Administrativo Principal, Teresa Cristina Mota de Almeida Santos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e cinco minutos, e verificando-se haver “quorum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, cuja ordem do dia foi remetida oportunamente à Vereação nos termos legais.-----

----- PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Antes de se iniciar a análise da “Ordem do Dia”, o Sr. Presidente propôs ao Executivo a inserção na ordem do dia do assunto a seguir indicado, o que foi unanimemente autorizado pelo Executivo.-----

----- **a) Proposta do valor de renda para a habitação social de tipologia T2, de Rosa Maria Loureiro Silva, Rua Outeiro do Facho, n.º6, em Vila Nova de Paiva-** Informação N.º56/SASS/08 de 10.04.2008 – Apreciação e tomada de decisão.-----

----- Presente à reunião a Informação N.º 56/SASS/08, de 10.04.2008, que aqui se dá por reproduzida, cuja cópia vai ficar arquivada no maço de documentos desta reunião.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, na sequência da atribuição da habitação em reunião ordinária do passado dia 2 de Abril, concordar com o valor da renda proposta, no montante mensal de € 4,26 (quatro euros e vinte e seis cêntimos) devendo ser desencadeado o contrato avulso de arrendamento a celebrar nos serviços competentes.-----

----- De seguida foram prestadas algumas informações, pelo Sr. Presidente: -----

----- O Sr. Presidente informou que a inspecção ordinária da Inspecção Geral da Administração Local (IGAL) iniciada em 30 de Janeiro do ano em curso, foi concluída no passado dia 11 do corrente mês de Abril.-----

----- O Sr. Presidente informou os Srs. Vereadores que, devido à impossibilidade de agenda do Sr. Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Dr. Jaime

Silva, a inauguração do Parque Botânico Arbutus do Demo foi adiada para o próximo dia 10 de Maio, e virá acompanhado pelo Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, Dr. Ascenso Simões.-----

----- De seguida passou-se à análise da **ORDEM DO DIA**, como segue:-----

----- **1- Apreciação e votação do texto definitivo da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 2 de Abril de 2008.**-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da acta em epígrafe, aprovada em minuta na própria reunião.-----

-----**OBRAS PÚBLICAS**-----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Empreitada de “Construção da Biblioteca Municipal de Vila Nova de Paiva”–**

Adjudicatário: Vilda – Construção Civil, S.A. – Apreciação e votação do auto de medição n.º 1, no valor, excluído o IVA, de € 30.450.51(trinta mil quatrocentos e cinquenta euros e cinquenta e um cêntimos). Informação n.º23/DOM/08, de 27.03.2008.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento.-----

----- **b) Empreitada de “Beneficiação da E.M. de Ligação Alhais/Póvoa.” –**

Adjudicatário : Embeiral- Empreiteiros das Beiras, S.A. - Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos contratuais n.º 11, no valor, excluído o IVA, de € 22.072,96 (vinte e dois e setenta e dois euros e noventa e seis cêntimos). Informação n.º69-P/DOM/08, de 01.04.2008. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção do Sr. Vereador Avantino Beleza, alegando desconhecer o processo, aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento.-----

----- **c) Empreitada de “Construção da Praia Fluvial de Vila Cova à Coelheira” –**

Adjudicatário: Manuel da Costa Amaro & Ca., Lda - Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos contratuais n.º 13, no valor, excluído o IVA, de € 8.680.00 (oito mil seiscientos e oitenta euros). – Informação N.º A-26/DOM/2008, de 04.04.2008.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção do Sr. Vereador Avantino Beleza, alegando desconhecer o processo, aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento.-----

----- **d) Empreitada de “Construção da Praia Fluvial de Vila Cova à Coelheira” –**

Adjudicatário: Manuel da Costa Amaro & Ca., Lda. Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos a mais n.º1 da 2.ª Proposta de trabalhos a mais (Segundo Contrato Adicional da Empreitada, Contrato Administrativo n.º01/2008, no valor, excluído o IVA, de

Acta N.º 8/2008	
Livro N.º	Folha N.º
35	8

€ 16.093,08 (dezassex mil e noventa e três euros e oito cêntimos). – Informação N.º A-27/DOM/2008, de 04.04.2008.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção do Sr. Vereador Avantino Beleza, alegando desconhecer o processo, aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento.-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

----- **Licenciamento de Obras Particulares**-----

----- **a)** Licenciamento de Obras Particulares no âmbito de competência delegada e subdelegada no período compreendido entre o dia 18 e 20 de Março de 2008..-----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento das decisões tomadas no âmbito de competência delegada e subdelegada, conforme listagem da Divisão de Urbanismo e Ambiente presente à reunião, que aqui se dá por reproduzida e arquivada na pasta anexa ao livro de actas das reuniões camarárias. -----

----- **b) Pedido de autorização municipal para instalação de infra-estruturas de suporte de estações de radiocomunicações em terreno municipal - Requerente: SIRESP- Gestão de redes digitais de segurança e emergência, S.A- Lugar de Outeiro do Facho- Vila Nova de Paiva- Parecer técnico n.ºPL-68/DUA/08, Processo n.º16/2008, datado de 10.03.2008. Apreciação e decisão.**-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, foi deliberado por unanimidade ceder o espaço de 54m2 pertencente ao prédio rústico municipal sito no lugar do Outeiro do Facho na freguesia de Vila Nova de Paiva, inscrito na respectiva matriz predial com o art.º 1.918, descrito na C.R.P. de Vila Nova de Paiva sob o n.º 1.582/20020821, a título gratuito face ao objecto do cessionário, pelo prazo de cinco anos, com efeitos a partir de 16 de Abril do ano em curso, automática e sucessivamente renovável por iguais períodos, salvo denúncia por qualquer das partes com prévio aviso mínimo de um ano, não podendo a final, em caso de denúncia, o cessionário invocar qualquer direito de retenção ou indemnização por força de tal denúncia. Esta Câmara Municipal somente poderá denunciar por motivos de força maior.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

----- **a) Apreciação e votação da Prestação de Contas do Município e respectivo Relatório de Gestão referentes ao exercício de 2007.**-----

----- Foram presentes à reunião a Prestação de Contas e respectivo Relatório de Gestão referente ao exercício do ano de 2007, oportunamente entregues à Vereação. -----

----- Relativamente à execução orçamental, verifica-se no Mapa de Fluxos de Caixa que o montante das Receitas Orçamentais, incluindo o saldo da gerência anterior, foi de € 6.477.373,32 (seis milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, trezentos e setenta e três euros

e trinta e dois cêntimos), e o montante das Despesas Orçamentais realizadas foi de € 6.260.510,77 (seis milhões, duzentos e sessenta mil, quinhentos e dez euros e setenta e sete cêntimos), transitando um saldo para o exercício seguinte de € 216.862,55 (duzentos e dezasseis mil oitocentos e sessenta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos).-----

----- Relativamente às Operações de Tesouraria, incluindo o saldo da gerência anterior, verificou-se uma entrada no valor de € 725.356,35 (setecentos e vinte e cinco mil trezentos e cinquenta e seis euros e trinta e cinco cêntimos) e uma saída de fundos no valor de € 328.466,32 (trezentos e vinte e oito mil quatrocentos e sessenta e seis euros e trinta e dois cêntimos), transitando um saldo para a gerência seguinte de € 396.890,03 (trezentos e noventa e seis mil oitocentos e noventa euros e três cêntimos).-----

----- De seguida o Sr. Presidente fez uma breve exposição dos documentos em causa, e os aspectos mais relevantes das prioridades no ano findo.-----

----- Mais foi proposto pelo Sr. Presidente que os resultados líquidos do exercício no montante de € 469.581,89, sejam aplicados, nos termos do ponto 2.7.3.4 do POCAL, em reforço do património (€ 446.102,79) e reforço de reservas (€ 23.479,10), a submeter à apreciação da Assembleia Municipal.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção dos Srs. Vereadores António César Fonseca e José Morgado, e voto contra do Sr. Vereador Avantino Beleza, aprovar as contas do Município e Relatório de Gestão do Exercício de 2007, e a aplicação dos resultados líquidos nos termos propostos no Relatório de Gestão.-----

----- Os Srs. Vereadores António César Fonseca e José Morgado e apresentaram a seguinte declaração de voto: “*Após análise cuidada dos documentos em apreciação e considerando que dos mesmos consta que:*-----

- *Grande parte do documento é mais um programa político do Sr. Presidente da Câmara com um elenco exaustivo, não do programa executado, mas de obras a executar e das suas viagens além fronteiras esquecendo-se das além mar;*-----

- *O investimento total da autarquia caiu drasticamente pelo 2º ano consecutivo, atingindo níveis preocupantes;*-----

- *Continuar a não haver coerência e racionalidade na transferências de verbas do Município para as Juntas de Freguesia, havendo, inclusive saídas do armazém, como o Sr. Presidente referiu, que não são controladas nem relatadas, mas são investimento!!! ;*-----

- *Em termos globais a Execução do PPI, foi de 44,20% conforme Mapa de Execução anual, muito aquém dos 50%;*-----

- *As receitas de capital e correntes decaíram de forma vertiginosa, havendo ausência de estratégia para captação de receitas, nomeadamente da Administração Central e Fundos Comunitários;*-----

Acta N.º 8/2008	
Livro N.º	Folha N.º
35	8

- Continua a haver um grande aumento com despesas com pessoal, sendo que, hoje, existe na Câmara um desequilíbrio financeiro, pois que as ditas despesas com pessoal ultrapassam pelo 2ª vez as receitas correntes;-----
- Entre as receitas correntes e as despesas correntes existe um défice de 8,42%, com um saldo negativo, violando claramente a regra do Equilíbrio Mínimo, entre Receitas e Despesas Correntes;-----
- A dívida a Fornecedores de Bens e Serviços, conjuntamente com a Dívida a Terceiros, mantém-se em níveis elevados atingindo o valor global de 2.873.386,75€;-----
- Os indicadores de Gestão Orçamental e Gestão Patrimonial, todos eles indicam que houve, como referido no Relatório, uma má performance que indica uma péssima gestão autárquica.-----
- Por último:-----
- Verifica-se cada vez mais um aumento do endividamento da Autarquia a curto, médio e longo prazo, aumentando em consequência os respectivos encargos em amortizações e juros, comprometendo a capacidade de endividamento do Município e obviamente a realização de projectos estruturantes no futuro. -----
- Neste contexto, não podemos pactuar com este tipo de gestão liderada pelo Sr. Presidente da Câmara, no qual se verifica em termos gerais diminuição do Investimento total e por outro lado um desequilíbrio financeiro completo.-----
- **Em conformidade, abstenho-nos no voto, às Contas e Relatório apresentadas para o exercício de 2007”.**-----
- O Sr. Vereador Avantino Beleza, apresentou a seguinte declaração de voto: “Voto vencido porque se mantêm as razões do ano anterior. Assim: Sistemáticamente os documentos são entregues em cima da hora, sendo responsável unicamente o Sr. Presidente; -----
- O Sr. Presidente não deu, nem dá, conhecimento, como já foi pedido e requerido, informação do movimento dos Fundos de Tesouraria;-----
- Não deu conhecimento das despesas efectuadas e se ultrapassaram o montante a que está por lei autorizado;-----
- Ainda não deu conhecimento do total dos funcionários e respectivos encargos conforme requerido. Apenas uma lista incompleta dos funcionários e sem o valor dos encargos. Ainda aguardo essa informação; -----
- Efectuou pagamentos, nomeadamente a uma das firmas que executou o Parque Botânico, usando uma engenharia financeira que desconheço. Requerida informação, ainda não foi prestada;-----
- Continuo a aguardar informação sobre se os protocolos ou qualquer outra forma de

acordo com terceiros, nomeadamente as Juntas de Freguesia, e que têm servido para efectuar pagamentos, obedeceram a todos os requisitos legais;-----

- Conforme requerido, não é dada informação do serviço de contabilidade respectivo sobre a rubrica, cabimento e cativação de verbas que são atribuídas a diversas entidades; -----

- Conforme requerido ainda não foi presente o inventário, estando o Sr. Presidente a violar a alínea d), n.º 1, art.º 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e do POCAL; -----

- Não há informação sobre o funcionamento e controlo do armazém e aprovisionamento; ---

- Conforme requerido não foi dada informação sobre os custos de determinados trabalhos executados por administração directa. Exemplo: execução da fossa, para esgoto doméstico, em Valezinhas;-----

- Nunca o executivo teve acesso a uma informação dos trabalhos a executar, em execução e executados e seus custos;-----

- Não sabemos se, das 65 delegações da Câmara, na pessoa do Sr. Presidente, foi cumprido o que determina o n.º 3, art.º 65.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

- O Sr. Presidente desrespeitou o determinado na alínea s), n.º 1, art.º 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. (“Responder, no prazo de 10 dias, aos pedidos de informação apresentados pelos vereadores”);-----

- Pergunto se o Sr. Presidente da Câmara tem cumprido o previsto no n.º 3, art.º 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro sobre a sujeição de ratificação de actos praticados da competência da Câmara;-----

- É lamentável, inadmissível e ilegal que o Sr. Presidente da Câmara se recuse a cumprir o previsto no n.º 5, art.º 73.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

----- b) Loteamento Urbano Municipal do Outeiro do Riso- Registo da autorização de loteamento – Constituição de lotes para venda a casais jovens do Município conforme Regulamento Municipal em vigor- Da venda do Lote n.º1 a D. Floripes Silva Rochinha Diogo - Informação N.º20/DAF/2008, de 04.04.2008- Apreciação e decisão. -----

----- Foi presente à reunião a Informação n.º 20/DAF/2008, de 04/04/2008, que aqui se dá por reproduzida, cuja cópia vai ficar arquivada no maço de documentos desta reunião, dando conta nomeadamente do registo no passado dia 27 de Março do ano em curso, do loteamento urbano municipal aprovado, em definitivo, pela Câmara Municipal na reunião de 5 de Março de 2008, ficando constituídos quinze lotes de terrenos para construção de habitação (inscritos pelos artigos P 1540 a P 1554 e registados sob os n.ºs 2043 a 2.057), ocupando uma área total de 4.943 m2..-----

Acta N.º 8/2008	
Livro N.º	Folha N.º
35	8

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 12 de Setembro de 2005, confirmar a venda do Lote n.º 1 à D. Floripes Silva Rochinha Diogo, inscrito na respectiva matriz com o artigo matricial n.º P1.450, e registado sob o n.º 2.043 na C. R. P. de Vila Nova de Paiva, com a área total de 572 m2, pelo preço de € 10,00 m2 (dez euros) por metro quadrado.-----

----- Mais foi deliberado por unanimidade que sejam desencadeados todos os procedimentos para abertura de concurso de atribuição de lotes de acordo com o Regulamento Municipal de venda de lotes para construção de habitação publicado por Aviso n.º 6121/2005 (in D.R. n.º168, II Série, de 01.09.2005), confirmando-se o preço de dez euros por metro quadrado fixado por deliberação camarária de 8 de Agosto de 2005.-----

----- Foi ainda deliberado por unanimidade, constituir a seguinte Comissão de Avaliação de candidaturas: Presidente - Jorge Oliveira Pinto, Vice-Presidente da Câmara; Vogais efectivos: José Manuel Amado Magalhães, Chefe da DAF, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e Margarida Matos Dias, Técnica Superior de Psicologia da Câmara Municipal; Vogais suplentes: José Augusto Calçada Ferreira, Técnico Profissional de Desenvolvimento Sócio - Económico Especialista, e Regina Almeida Ramos, Chefe da Secção Administrativa.-----

----- **c) Grupo Folclórico Cultural e Recreativo de Vila Nova de Paiva** - Por carta datada de 01.04.2008 e registada em 02.04.2008, apresenta uma proposta de cedência da sua sede social recentemente edificada sita na Rua Rocha Lima/Campo da Restauração em Vila Nova de Paiva, para instalação do Julgado de Paz de Vila Nova de Paiva e informação sobre a situação da empreitada da sua Sede Social, datada de 09.04.2008.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações e discussão sobre o assunto, foi deliberado por maioria absoluta, e abstenção dos Srs. Vereadores António César Fonseca e José Morgado e voto contra do Sr. Vereador Avantino Beleza, concordar com a proposta do Grupo nos termos seguintes:-----

----- a) Celebração de contrato de arrendamento da sede social do Grupo, por um período de dez anos, eventualmente prorrogável com uma renda mensal no montante de mil e cem euros; -----

----- b) Atribuição de um subsídio no montante de cinquenta mil euros para custear a despesa da construção da sede, a pagar com a assinatura do contrato de arrendamento.-----

----- Notifique-se o Grupo para apreciação da presente deliberação.-----

----- O Sr. Vereador Jorge Oliveira Pinto, apresentou a seguinte declaração de voto: “*Voto favoravelmente por esta ser uma solução que torna possível a existência de uma sede para a instalação do Julgado de Paz no Município.*”-----

----- Os Srs. Vereadores António César Fonseca e José Morgado, apresentaram a seguinte declaração de voto: “*Abstemo-nos de votar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente na qual pela cedência das instalações do Grupo Folclórico para instalação do Julgado de Paz a Câmara atribui mais uma compensação de 50.000€ e pelo uso durante 10 anos pagará 1.100€ mensais.*-----

----- Com efeito, a Câmara ao conceder mais um subsídio de 50.000€ ao Grupo Folclórico, juntando ao pago pelo terreno (60.000€) a sua comparticipação na empreitada (37.000€) e ainda a comparticipação mensal de 1.100€ (X 10 anos X 12 meses = 132.000€) eleva a despesa para o montante de 279.000€ e não deixa de ser uma solução provisória.--

----- Acresce que conforma informação do Sr. Presidente os ditos 50.000€, seriam pagos ao Grupo em prestações.-----

----- Por outro lado, a mais prejudicada com esta proposta é de facto o Grupo.-----

----- Na verdade, ao fim e ao acabo, fica sem sede, fica onerada em mais cerca de 60.000€ e com uma quantia mensal que não lhe permite pagar os encargos assumidos.-----

----- Ou seja, fica sem sede e com fortes possibilidades de não exercer a sua actividade social convenientemente, com encargos elevados a médio e longo prazo.-----

----- Assim, por ser patrimonialmente uma solução desastrosa para a Câmara e para os fins sociais do Grupo Folclórico, abstemo-nos de votar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.-----

----- Consideramos que o presente assunto deveria ter sido conduzido com outro tipo de informação quer quanto às instalações do Julgado de Paz, que, aliás, foi diversas vezes solicitado ao Sr. Presidente. Bem como uma discussão alargada com órgãos do Grupo para se achar uma solução mais justa e equilibrada para ambos.-----

----- É o que nos cumpre informar quanto ao assunto, sendo certo que alertamos para as dificuldades que a presente Associação teria no futuro para cumprir com o projecto.-----

----- Acresce que em tempo, viemos também alertar para outras situações de Associações do Concelho que, caso não seja, ponderadas, entrarão também elas em dificuldades financeiras e Sociais.”-----

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza, apresentou a seguinte declaração de voto: “*Voto vencido por considerações que já expendi anteriormente, parecendo toda esta situação um caso de polícia.*-----

Assim, torna-se inexplicável que uma entidade mande elaborar um projecto e o candidate a um contrato de financiamento ao poder central, obtendo comparticipação. Que lance a obra a concurso e obtenha também um financiamento do poder local, aprovado por esta Câmara por mão do Senhor Presidente da Câmara. Até aqui o local era excelente, o projecto era o adequado às actividades do Rancho.-----

Acta N.º 8/2008	
Livro N.º	Folha N.º
35	8

Inopinadamente, o Rancho descobre aquilo que ninguém imaginava. Diz o Rancho que “... não obnubilamos que aquele edifício não serve eficazmente as pretensões deste Grupo. A isto acresce a dívida existente no valor de 100.000,00 euros...”-----

Espanto! A obra ainda não está concluída, ainda não foi entregue e o Rancho não diminuiu, aumentou ou diversificou as actividades sendo o escopo o mesmo.-----

Fica a dúvida se é o edifício que não serve ou se é a dívida que o Rancho não tem capacidade de assumir!-----

Será que os poderes central e local ao serem chamados para o financiamento da obra foram simplesmente enganados?! -----

Dispensando-me de outros considerandos, a proposta não é vantajosa para ambas as partes. Senão vejamos:-----

*- A Câmara vai despende, pelo menos e pelos dados disponíveis, o montante de **279.042,00 euros**, sendo 60.000,00 do terreno, 37.042,88 de financiamento já prestado, 50.000,00 de subsídio e 132.000,00 de rendas. -----*

- O Rancho que tanto necessitava de instalações e que pede para não ser “...abandonado pelas entidades municipais.” fica sem as mesmas.-----

Que tratamento será dado a outras instituições que invoquem tratamento igual?!... -----

Toda esta situação com os pormenores que a acompanharam merece uma pergunta: como andam a ser geridos os impostos dos contribuintes?!...”-----

*----- **d) Junta de Freguesia de Queiriga** – Por ofício datado de 14.03.2008 e registado em 19.03.2008, solicita um subsídio para fazer face à despesa resultante da reparação do ponto de água do Vale das Éguas.*-----

*----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, autorizar a concessão de um subsídio no montante de € 3.856,27 (três mil oitocentos e cinquenta e seis e oito euros e vinte e sete cêntimos), para custear a despesa de construção do ponto de água, dada a proximidade do período crítico dos incêndios florestais.*-----

*----- **e) Instalação de parque eólico na área do Município de Vila Nova de Paiva- BOGARIS ENERGY POR, Lda-** Apreciação e decisão sobre protocolo de cooperação na perspectiva da firma ser contemplada no concurso para o efeito.*-----

*----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a colaboração possível à Bogaris Por, Lda, sendo celebrado protocolo de cooperação caso a firma venha a ser contemplada no concurso público de atribuição do ponto de recepção nas redes da RESP a centros electroprodutores.*-----

*-----**-APROVAÇÃO EM MINUTA** -----*

